



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2009

ÍNDICE

1. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
2. PARECER DO CONSELHO FISCAL	4
3. BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
4. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	7
5. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
6. DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	9
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
BELO HORIZONTE – MG.

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa correspondentes ao exercício findo na mesma data elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do Patrimônio Líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.

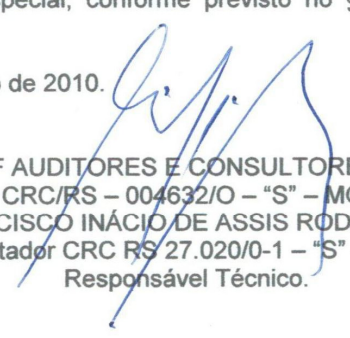
4. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008, foram por nós auditadas e ensejaram a emissão de parecer sem ressalva em data de 04 de março de 2009.

5. A empresa, no exercício, em Assembléia Geral Extraordinária, reduziu seu capital social de R\$ 161.176.620,00 para R\$ 26.814.711,00 pela absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 134.361.909,00 nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76.

6. A empresa, segundo suas demonstrações contábeis (notas explicativas 17 e 18) resolveu não distribuir lucros relativamente ao exercício em exame, com base no parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76, tendo efetuado a seguinte destinação dos resultados do exercício:

5% do lucro líquido para Reserva Legal, no valor de 63.060,65; R\$ 711.450,00 para Reserva de Lucros a Realizar e o saldo do resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 486.702,35 que, somado ao valor de R\$ 37.290,00 relativo a ajuste de exercícios anteriores, monta em R\$ 523.992,35, para Reserva Especial, conforme previsto no § 5º do mesmo art. 202 acima mencionado.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2010.


STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RS – 004632/O – “S” – MG.
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES
Contador CRC RS 27.020/O-1 – “S” – MG.
Responsável Técnico.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, e, tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa. Belo Horizonte – MG, 03 de março de 2010.

Belo Horizonte, 03 de março de 2010.



Elias Jacó dos Santos



Osvaldo Tollér Júnior



Ricardo Cardoso Alves Meirelles



Cleide Edvirges Santos Laia

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro

Em reais

	2009	2008
Ativo		
Circulante		
Caixa e bancos	54.661	164.802
Aplicações financeiras	548.329	741.955
Contas a receber de clientes (Nota 4)	1.356.602	970.568
Estoques	58.926	85.635
Despesas antecipadas	172.557	109.919
Adiantamentos concedidos	39.065	39.405
Tributos a recuperar	138.584	165.837
Crédito a compensar c/ impostos municipais (Nota 8)	20.263	-
Outros créditos e valores (Nota 6)	181.546	127.226
Ressarcimento de clientes	326.364	54.232
Precatório em fase de recebimento (Nota 5)	600.000	600.000
	3.496.897	3.059.579
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Desapropriação de imóveis a receber (Nota 7)	1.143.446	1.143.446
Precatório em fase de recebimento (Nota 5)	500.000	1.100.000
Valores bloqueados pela justiça (Nota 10)	1.175.673	843.855
Cobranças judiciais (Nota 9)	1.373.538	1.895.816
Depósitos judiciais (Nota 10)	441.717	354.504
Crédito a compensar c/ impostos municipais (Nota 8)	825.182	-
Outros créditos e valores	13.278	6.338
Provisão para perdas no recebimento de créditos	(181.009)	(163.550)
	5.291.826	5.180.409
Permanente		
Imobilizado (Nota 11)	26.731.744	29.753.504
Total do Ativo	35.520.468	37.993.492

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais

	2009	2008
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	653.287	278.258
Salários e contribuições previdenciárias	1.028.846	874.800
Obrigações tributárias	260.708	112.083
Parcelamento REFIS (Nota 12)	205.040	259.064
Provisão para contingências (Nota 13)	1.123.039	2.166.003
Acordos trabalhistas	869.928	178.787
Parcelamento Fornecedor	152.292	581.082
Outras Obrigações a curto prazo	50.769	47.196
	4.343.909	4.497.273
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências (Nota 13)	1.017.339	251.940
Parcelamento REFIS (Nota 12)	2.046.006	5.646.811
Tributos municipais a recolher	-	734.334
Parcelamento Fornecedor	-	48.423
	3.063.344	6.681.508
Patrimônio líquido		
Capital Social	26.814.711	161.176.620
Prejuízos Acumulados	-	(134.361.909)
Lucro do Exercício	1.261.213	
Ajustes de exercícios anteriores	37.290	
	28.113.214	26.814.711
Total do Passivo	35.520.468	37.993.492

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	2009	2008
Receita Operacional Bruta		
Venda de Mercadorias e Serviços	15.940.729	15.841.586
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.237.141)	(1.203.025)
PIS Não Cumulativo	(269.290)	(261.181)
ISSQN	(488.520)	(480.164)
ICMS	-	(3.082)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	530.212	449.124
	<u>(1.464.738)</u>	<u>(1.498.329)</u>
Receita Operacional líquida	14.475.991	14.343.257
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(10.621.721)	(8.936.571)
Lucro Bruto	3.854.270	5.406.686
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(5.494.369)	(7.008.956)
Reversão de provisões constituídas	814	553.972
Recuperação de INSS s/ REFIS	3.512.980	-
Crédito Escritura Pública Confissão dívida	1.045.294	-
Outras Receitas operacionais	1.787.011	1.903.684
Outras Despesas Operacionais	(524.921)	(197.203)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	203.889	(277.005)
Depreciação	(3.123.449)	(3.108.472)
	<u>(2.592.751)</u>	<u>(8.133.980)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional	1.261.518	(2.727.294)
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	(305)	183.656
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.261.213	(2.543.638)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	1.261.213	(2.543.638)
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações do capital social	0,0032	(0,0063)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	Capital social integralizado	Lucros(Prejuí- zos acumulados)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	161.176.620	(131.718.184)	29.458.436
Ajustes de exercícios anteriores	-	(100.087)	(100.087)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.543.638)	(2.543.638)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	161.176.620	(134.361.909)	26.814.711
Saldos em 1º. de janeiro de 2009	161.176.620	(134.361.909)	26.814.711
Redução do Capital Social	(134.361.909)	134.361.909	-
Ajustes de exercícios anteriores		37.290	37.290
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-	1.261.213	1.261.213
Saldos Em 31 de dezembro de 2009	26.814.711	1.298.503	28.113.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2009
Em reais
ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro líquido do período	1.261.213
Aumentos (diminuições) dos itens que não afetam o caixa	
Depreciação	3.123.449
TJLP/outras despesas juros	85.970
Perda do imobilizado	305
Provisão de perdas de créditos	17.459
Provisão para contingências	1.224.446
Reversão de provisões de créditos	(814)
Recuperação INSS sobre REFIS	(3.512.989)
Total	2.199.049

Variações ATIVO

Aumento de Contas a Receber /Ressarcimento de Clientes	(637.421)
Aumento Depósitos Restituíveis /Recursais/bloqueios	(494.098)
Aumento Despesas Antecipadas	(62.637)
Diminuição Estoque	26.710
Diminuição Tributos a compensar	27.780
Diminuição Adiantamentos	339
Aumento IRPJ a recuperar	(6.940)
Aumento Dupls a receber em cobrança judicial	(365.897)
Diminuição Prefeitura Muriaé	600.000
Diminuição Cobranças Judiciais	888.174
Aumento de outras contas a receber	(845.445)
Total	(869.434)

Variações PASSIVO

Aumento de Fornecedores	375.030
Aumento de Obrigações Fiscais	148.451
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	154.046
Aumento de Obrigações a Terceiros	13.324
Diminuição de Parcelamento Fornecedor	(477.214)
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas	(956.670)
Diminuição Parcelamento REFIS	(54.023)
Diminuição Provisão ISSQN/IPTU	(734.334)
Total	(1.531.390)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições do Ativo Imobilizado	(101.992)
---------------------------------	-----------

Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	(303.768)
Caixa no início do período	906.757
Caixa no fim do período	602.989

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07 e em 2008 a Medida Provisória 449, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do presente exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, foram reclassificadas para fins de comparabilidade com as do exercício corrente, e torná-las adequadas aos normativos contábeis mencionados.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-á em período inferior a um ano.

b) Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para perdas, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

Estoques

Os estoques estão representados por materiais de manutenção para as Unidades Armazenadoras.

d) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 11).

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

f) Classificação dos passivos circulante e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

g) Provisão para contingências

A provisão para contingências relacionada processos de natureza tributária, trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos.

Demais passivos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

h) Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)

O saldo de R\$ 1.356.602 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 970.568 em 31 de dezembro de 2008) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2009	POSIÇÃO EM 2008
Alfenas	0	0
Araguari	58.714	13.692
Bonfinópolis	368	435
Buritit	140.000	1.186
Capinópolis	45.095	54.730
Centralina	6.800	6.300
Conceição das Alagoas	36.397	14.701
Frutal	16.120	31.284
Ituiutaba	53.812	181.092
Monte Carmelo	82.586	159.498

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2009	POSIÇÃO EM 2008
Paracatu	95.192	52.012
Passos	22	32.193
Patos de Minas	53.345	49.133
Patrocínio	85.020	113.367
Sacramento	18.249	42.929
Santa Vitória	11.395	6.888
Tupaciguara	1.221	18.934
Uberaba	106.779	17.771
Uberlândia	543.957	174.422
Unaí	1.530	0
TOTAL	1.356.602	970.568

5. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO (Ativo Circulante e Realizável a L.Prazo)

Em 2008 foi firmado acordo com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub- júdice , sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000 ; e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município.

O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 paga no exercício de 2008 e o restante com início de pagamento em 2009.

Em 31/12/2009 encontram-se registrados no Ativo Circulante , 12 parcelas no montante de R\$ 600.000 e no Realizável a Longo Prazo, saldo remanescente de 10 parcelas no montante de R\$ 500.000.

6. OUTROS CRÉDITOS E VALORES (Ativo Circulante)

Conforme abaixo discriminado, os valores referem-se à concessão de direito real de uso de imóveis e os depósitos bloqueados a serem compensados com débitos de fornecedores. :

	2009	2008
Concessão de Direito Real de Uso	91.323	74.144
Depósitos Restituíveis e valores bloqueados	90.224	15.181
Parcelamento duplicata a receber de cliente	-	37.901
	181.547	127.226

7. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R.L.Prazo)

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
	1.143.446	1.143.446

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares a certeza do direito é latente, por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). O valor a receber da Prefeitura de Ipanema origina-se de ação que conta com julgamento favorável à CASEMG, ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

8. CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (Ativo Circulante e Realizável a L.Prazo)

O valor total desta rubrica de R\$845.445 refere-se ao saldo a compensar com impostos municipais do município de Frutal. Em dezembro de 2009 foi emitida Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e CASEMG, outorgada nos seguintes termos:

Da Confissão de Dívida: O valor registrado em cobrança judicial relativo a Prefeitura Municipal de Frutal no Realizável a L.Prazo (Nota 08), de R\$888.174, foi confessado em R\$1.933.468, relativo as parcelas mensais do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso do imóvel de Frutal firmado em 1997. O valor de impostos municipais a recolher registrado no Passivo Exigível a L.Prazo de R\$ 734.334 foi confessado em R\$1.088.023, relativo ao ISSQN- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e IPTU- Impostos sobre Propriedade Territorial Urbano.

Da Compensação: Ficou acordado entre as partes que os créditos e débitos recíprocos ficaram integralmente compensados, na medida em que se igualaram, sendo a diferença do crédito a favor da CASEMG (R\$ 845.445, revertido a título de compensação de débitos de IPTU incidentes sobre os imóveis de sua propriedade na cidade de Frutal, bem como a compensação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN.

A diferença de receita e despesa proveniente da confissão de dívida foi devidamente apropriada no resultado, cujos impostos incidentes sobre a receita foram provisionados e a da despesa já compensados.

9. COBRANÇAS JUDICIAIS (Realizável a longo prazo)

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2009, de R\$ 1.130.402, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

	2009	2008
Prefeitura Municipal de Frutal	-	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial	527.225	161.328
	1.373.538	1.895.816
Provisão para Perdas de duplicatas de clientes	(181.009)	(163.550)
Total	1.192.529	1.732.266

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A ação contra a Prefeitura de Frutal, registrada em 2008 já foi peticionado o seu arquivamento, em virtude da execução de sentença em 2009, cuja Escritura Pública de confissão de dívida e compensação de créditos e débitos foi firmada. (ver Nota explicativa nº 8)

As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia e Espinosa encontram-se ainda em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da Companhia.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R.L.Prazo)

Em dezembro de 2009 o saldo de depósitos judiciais de R\$ 441.717 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas e cíveis. O saldo de R\$1.175.673 de valores bloqueados pela justiça do trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações que estão sub.júdice.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2009	2008
Terrenos		587.337	587.337
Edificações	4%	8.948.109	8.729.474
Máquinas e Equipamentos	10%	47.561.832	47.567.590
Móveis e Utensílios	10%	1.448.596	1.446.342
Veículos	20%	210.633	199.808
Armazéns e Silos	4%	89.004.333	88.949.254
Obras em andamento		93.834	313.823
Direitos de Propriedade		300.850	300.850
Equipamentos de Informática	20%	393.766	393.537
		148.549.291	148.488.015
(-) Depreciação Acumulada		(121.817.546)	(118.734.512)
TOTAL		26.731.744	29.753.504

Em 2009 ocorreram baixas no imobilizado de bens móveis obsoletos cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pela perda de R\$305,33.

12. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2009	2008
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
Dívida Consolidada	5.539.797	5.539.797
Acréscimo (decréscimo) da dívida	366.078	447.119
Retificação do débito de INSS	(3.512.979)	
Pagamento de parcelas no exercício	(227.819)	(244.280)
Atualização TJLP no exercício	85.970	163.239
Saldo devedor REFIS	2.251.046	5.905.875
Dividido em:		
Passivo Circulante	205.040	259.064
Exigível a Longo Prazo	2.046.006	5.646.811

No final de 2009 a Companhia solicitou parcelamento do saldo remanescente da dívida do REFIS à Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que trata a Lei nº 11.941 de 2009 e está aguardando a consolidação do débito.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS (R. Longo Prazo)

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 2.140.994 , sendo R\$ 1.123.039 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 1.017.338 no Exigível a Longo Prazo, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

O valor líquido provisionado no Balanço já foram considerados os valores bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais das ações já registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo no montante de R\$1.617.391 . (Nota explicativa nº 10)

Em 2009 foram liquidados os saldos remanescentes do acordo trabalhista firmado em 2008 e ainda as ações trabalhistas de acordos firmados em 2009 por execução de sentença ; as pensões judiciais, no montante de R\$ 1.241.755, restando o saldo remanescente de acordos já firmados de R\$ 869.928, registrado no Passivo Circulante.

14. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2009 o capital social no valor de R\$26.814.711, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

Em Assembléia Geral Extraordinária- AGE realizada em 2009 foi feita a redução do capital de R\$161.176.620 para R\$26.814.711, com a absorção de prejuízos acumulados registrados no Patrimônio Líquido até 31/12/2008, no montante de R\$134.361.909, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades Anônimas- Lei 6404/76, com o devido Parecer do Conselho Fiscal da Companhia.

15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2009, de R\$ 37.290, decorrem basicamente de estorno de provisão efetuada a maior em exercício anterior.

16. DOS RESULTADOS

Em 2009 foi registrada a retificação de R\$ 3.512.979, do Processo de Ação Fiscal do INSS, incluído no Parcelamento do Programa de Recuperação Fiscal- REFIS no ano de 2000, conforme Despacho Decisório nº 11.401.3/0059/2005 da Delegacia da Receita Federal do Brasil/Previdenciária em Belo Horizonte. O pedido de revisão dos valores confessados e incluídos indevidamente no referido parcelamento, foi feita em 2003.

A referida retificação impactou positivamente o resultado do exercício;

17. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	
	2009	2008
Despesas Financeiras	(131.879)	(628.271)
- Juros e VM, pagos ou incorridos	5.633	230.392
- Multas dedutíveis e indedutíveis	10.091	198.458
-TJLP sobre REFIS	85.970	163.239
-Comissões, despesas bancárias e outras	30.185	36.183
Receitas Financeiras	335.768	351.266
-Taxa de Permanência	182.472	121.893
-Apropriação de juros e multas	88.035	189.570
-Renda de aplicação financeira	52.180	39.804
-Variação Monetária Ativa	13.081	
Total	203.889	(277.005)

[15]

COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

18. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 5.101 e R\$ 502, respectivamente.

DIRETORIA**GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR**

Diretor -Presidente Técnico Operacional

Manuel Mourão Bahia

Diretor Administrativo - Financeiro

Contador:

José Maria Lopes

CRC- MG- 49.680/0-0



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.
CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829
E-mail: presidencia@casemg.com.br
www.casemg.com.br